

A memória familiar

Do individual ao colectivo*

Françoise Zonabend**

Antes de "se" ser, é-se "filho" ou "filha" de X ou Y: nasce-se numa "família", é-se marcado por um "nome de família" antes de ser socialmente quem quer que se seja. Desde logo, a memória original do indivíduo é feita desta inscrição numa "genealogia". Em qualquer lugar, as primeiras palavras que uma criança aprende são "papá" e "mamã", palavras carregadas de sentido que designam o seu pai e a sua mãe; só depois surgem os outros vocábulos do parentesco. Desde então, o mundo divide-se entre os "seus" e os "outros" que algures vivem também numa família de que são membros. Assim, a memória individual vai estruturar-se a partir desta experiência nativa. Mas que sabemos nós destas formas de estruturação? Como se forja e se transmite esta memória, que eixos espaciais toma, que símbolos concretos ou abstractos utiliza? Ora os universos genealógicos nas diferentes sociedades definem sempre os mesmos territórios, fixam-se nos mesmos lugares, organizam-se em torno dos mesmos pólos, de tal modo que terminologias, antroponímias e historiografias vão constituir os peões com os quais vai jogar a memória individual, os pontos a partir dos quais o indivíduo vai construir o "seu" tempo.

Queríamos aqui abordar um aspecto específico da memória individual: aquele que diz respeito à família, ao parentesco, numa palavra, a essa memória a que chamamos familiar onde estão armazenados os nomes e apelidos dos diferentes parentes que qualquer indivíduo reconhece, assim como as diversas narrativas, mais ou menos fabulosas, que a propósito daqueles se transmitem.

Não vos digo nada de novo ao afirmar que o etnólogo trabalha sobre e com a memória dos seus interlocutores. Que grande parte do seu trabalho de terreno consiste em escutar, em suscitar, em provocar lembranças, em multiplicar essas "lembranças" sobre as quais irá depois trabalhar. Ora esta forma de proceder, vêmo-lo bem, coloca problemas metodológicos fundamentais sobre os quais os investigadores não têm reflectido. De facto, este tipo de testemunhos

* Este texto retoma uma conferência dada pela professora F. Zonabend em Fevereiro de 1989 no âmbito do Seminário "Família e Meios Sociais" do GRESF (Grupo de Estudos de Sociologia da Família/CIES. Tradução de Catarina Alves Costa e João Vasconcelos.

** Laboratoire d'Anthropologie Sociale/École des Hautes Études en Sciences Sociales.

parte de lembranças retransmitidas ou vividas, lidas ou escutadas, de modo que o etnólogo deve incessantemente interrogar-se de forma a perceber se está a registar o escrito falado ou antes o imemorial aprendido. Esta questão, que se levanta a propósito da memória familiar, é ainda mais pertinente nas nossas sociedades por estar na moda a genealogia e a busca dos antepassados.

De facto, em França, a genealogia constitui uma forma de lazer à qual se dedica grande número dos nossos contemporâneos. Ela é, por isso, submetida a um uso social diferente do uso científico que dela fazemos, o que pode causar uma certa confusão. Para mais, a elaboração do esquema genealógico, fim reconhecido da relação de inquirição que o etnólogo procura estabelecer com os seus interlocutores, vai, vê-lo-emos adiante, ao encontro de tudo o que sabemos sobre as formas e usos que o parentesco assume nas nossas sociedades. Por outro lado, estas precauções não são suficientes: o etnólogo deve também ter em conta a sua própria presença no grupo, a sua incursão numa realidade social que, sem ele o querer, é afectada pela sua presença.

Cada sociedade tem a sua forma própria de pensar o Outro, aquele que a vem interrogar, perturbá-la. Desde logo, entre o etnólogo e os seus interlocutores vão desenrolar-se uma série de processos de identificação e de distinção onde a transparência terá de vencer a opacidade. Trata-se de ter em conta este conjunto complexo de relações que se dão entre observadores e observados. Por outras palavras, trata-se de estar atento àquilo a que G. Devereux chama "lugar de perturbação"¹, que constitui a situação de terreno, lugar onde se produz uma interacção recíproca de enunciados; e nos diálogos que se instauram, trata-se sem dúvida de estar atento ao conteúdo concreto dos enunciados, mas também aos reflexos que estes provocam tanto no inconsciente do investigador como no dos seus interlocutores.

Estas reflexões sobre o método parecem afastar-nos da proposta anunciada - a saber, os territórios da memória familiar - mas pareceu-me importante fazer-lhes alusão, quanto mais não seja para salientar que se trata de um assunto de difícil abordagem em etnologia e em sociedades como as nossas, sobretudo quando o investigador pertence à cultura que estuda.

Sabemos que se coloca então o problema da distanciação em relação ao objecto de estudo que de "familiar" deve passar a "estranho" para o investigador. Admitiremos que este afastamento se revela particularmente difícil em matéria de parentesco. Porque as situações que o etnólogo deve estudar são praticamente idênticas àquelas com as quais ele é confrontado quotidianamente na sua vivência pessoal e nas quais está implicado de forma recorrente. Ele tem então que aceder a uma nova compreensão de um conjunto de relações sociais que lhe parecem falar por si. A dificuldade é tanto maior quanto à intensa "familiaridade" do objecto "família" se soma a profunda interiorização dos discursos que lhe estão ligados. "Falar de família" com qualquer interlocutor consiste sempre em abordar um domínio íntimo, escondido, secreto, que toca a sexualidade, a afectividade, por vezes a moral social. Daí, e se queremos superar estas dificuldades, a lenta preparação da investigação e a longa duração

da relação que se instaura entre observadores e observados. Aqui, tal como noutras situações, não devemos economizar tempo.

É aliás o tempo, ou antes uma multiplicidade de tempos que o etnólogo vai descobrir desde que queira trabalhar sobre a memória parental através da reconstituição de genealogias.

Antes de mais, ele confronta-se com o espírito da época, com a moda que transformou a busca dos antepassados e a reconstituição genealógica numa forma de lazer à qual se dedica grande número dos nossos contemporâneos. Este gosto deve relacionar-se, sem dúvida, com a nostalgia que manifestam as nossas sociedades urbanas e em mutação por tudo o que diz respeito ao passado, ao antigamente. Caçada aos antepassados remotos, busca dos lugares de ancoragem da linha de descendência, a genealogia participa, sem dúvida, desse movimento de retorno às fontes, às origens, em busca de uma identidade regional ou social esquecida.

Mas há mais, porquanto através da sua genealogia o indivíduo não se procura enquanto tal, mas enquanto produto de uma descendência. Ele sabe-se membro de uma linha, destinatário de um destino inscrito ao longo de gerações, portador de um nome repetido de parente em parente, depositário de uma "árvore" genealógica com toda uma terminologia aferente - raiz, tronco, ramo, botão - bem evocativa de procriação, de reprodução. Nesse diagrama apagam-se os caos da história, suprime-se o papel da comunidade, atenua-se a força da singularidade. A genealogia, essa visita ao país dos mortos familiares, constitui um dos sinais do encerramento sobre a célula familiar, dessa clausura no universo dos parentes ancestrais que constatamos hoje em dia em muitas outras circunstâncias. Mas voltemos à apresentação da memória dita familiar.

Em sociedades como as nossas, esta memória toma, fundamentalmente, duas formas. Ela apresenta o parentesco sob a forma genealógica, ou seja, enumera os diferentes indivíduos, vivos ou mortos, que constituem a descendência. Esta enumeração é sempre feita dentro de uma ordem e segundo códigos culturalmente definidos. Em França, por exemplo, as genealogias espontâneas, orais, tomam quase sempre uma forma centrípeta: o interlocutor parte de si mesmo, depois desdobra as suas ascendências remontando antes de mais à linha paterna, depois à materna em linha directa, depois enumera a linha do irmão do pai, depois a do irmão do pai, etc. Uma vez esgotado o lado paterno, ele passa ao lado materno seguindo o mesmo esquema. Porém, na Irlanda², existem certos grupos onde o interlocutor descreve a sua genealogia partindo, não dele, mas do mais antigo antepassado conhecido e desce de geração em geração de modo a chegar até si. A organização social dos grupos considerados explica perfeitamente estes diferentes modos de "apresentar" a genealogia.

Mas a memória familiar pode tomar uma outra forma: a de uma série de narrativas transmitidas de geração em geração e que constituem um verdadeiro legendário familiar. Iremos abordá-la um pouco mais à frente.

Destas premissas deriva uma série de questões: como se constrói o saber genealógico? Como se transmite? Que relação tem este saber com a memória e que lugar devemos atribuir ao oral e ao escrito?

Não nos esqueçamos, dissemo-lo já, que actualmente está na moda a busca dos antepassados, a reconstituição de genealogias através de documentos de arquivo, de modo que um grande número dos nossos interlocutores no terreno possuem genealogias pré-estabelecidas que apresentam em resposta às questões do etnólogo. Mas, por outro lado, aqueles dos nossos interlocutores que nos parecem referir as suas ascendências a partir apenas das suas lembranças, não terão tido, em diversos momentos da vida, recurso à escrita?

Na estruturação da memória genealógica existe então uma conexão entre o oral e o escrito, e estas duas formas de conhecimento mantêm entre elas pontos de contacto, mas também pontos de ruptura. De facto, as características que esta escrita das genealogias apresenta fazem pensar que ela se inscreve no trabalho da memória: escrever a história das linhas de descendência, das origens, numa palavra dos ascendentes não é algo de neutro. Trata-se de uma operação que se inscreve no trabalho do luto, é a morte dos antepassados que se relembra. Esta operação consiste também em tomar o passado como algo volvido e separado da memória colectiva, visto que é a nossa própria história que escrevemos... Mas, ao mesmo tempo, cada um desenterra narrativas totalmente ignoradas pela memória travando, de facto, uma luta contra a maré da memória, visto que a tarefa da memória consiste em apagar, safar, esquecer: esquecer as relações de parentesco para que novas alianças matrimoniais se possam contrair; esquecer uma aliança para renovar um parentesco. De modo que nem tudo ficará escrito. De facto, se estudarmos alguns diagramas realizados por genealogistas amadores, constatamos que nestes aparecem, quase sempre, os mesmos territórios de memória.

Seja o amador homem ou mulher, a linha seguida é, na maior parte das vezes, uma linha agnática fazendo-se remontar as descendências do lado dos homens seguindo o patronímio paterno. As mulheres - mães, filhas ou irmãs - são tratadas como casos particulares. Embora sejam referidas, é pouco frequente que se enumerem os seus ascendentes ou descendentes, a não ser que o traçado da linha patronímica se perca demasiado cedo ou se considere menos prestigioso. Nesse caso, uma avó pode permitir a passagem para uma outra linha masculina. Vemos por aqui que a mulher é, no nosso sistema de parentesco de descendência indiferenciada, um operador que permite passar de uma linha a outra, e na escolha destas linhas masculinas reflecte-se a acentuação patrilinear do nosso sistema.

De resto, quer a genealogia seja escrita ou oral, a memória vai desempenhar o seu papel de filtro: filtro daquilo que se vai armazenar ou esquecer, filtro daquilo que se vai transmitir, que se vai tornar tradição familiar. Por outras palavras, no espaço da genealogia o trabalho da memória é fundamental. Esta constatação de evidência levanta várias questões: como é que, por exemplo, se transmite esta memória genealógica? O que é que se transmite, por quem é

feita a transmissão? Como se efectua a aprendizagem desta memória e, sobretudo, como se transforma ela de geração em geração, já que, sabemo-lo, o saber genealógico sofre constantemente alterações? De facto, é esta análise do trabalho da memória que é necessário emprender.

Assim, de que modo se dizem, se narram as genealogias consoante se é jovem ou velho, homem ou mulher? Perfilha-se então o mesmo saber? Além disso, há que contar em cada família, ou pelo menos em cada comunidade, com aqueles que poderíamos denominar, de acordo com G. Dumézil, "os administradores da memória", pessoas que sabem aquilo que deve ser transmitido, que detêm o segredo e o depósito daquilo que há que confiar à memória. São especialistas de um tipo particular: uma espécie de mnemotécnicos que conhecem não apenas a sua genealogia, mas muitas vezes as de uma aldeia inteira.

Poderemos avançar um pouco neste domínio e mostrar brevemente, através de alguns exemplos, de que modo é que as genealogias permitem ler o trabalho de uma certa memória social?

A partir do momento em que tratamos estas fontes orais como um texto, ou seja, quando escutamos o interlocutor revelar o seu universo familiar segundo a sua própria prática, surge um certo número de traços singulares.

Apercebemo-nos então, descobrindo as linhas que a genealogia segue, que existe sempre uma diferença entre o lado paterno e o lado materno. Um é melhor conhecido do que o outro, tem um maior número de parentes, listados com mais exactidão. Do mesmo modo, em cada um destes lados, certas linhas de descendência são retidas, outras esquecidas. Do lado ou linha que retém, que conhece, o interlocutor vai mencionar todos os parentes e detalhar com exactidão a sua origem e o seu percurso; do outro lado, que conscientemente ou não esqueceu, as linhas de descendência apresentam lacunas sistemáticas e a informação escasseia. De facto, cada um utiliza a genealogia à sua maneira, manipula a sua identidade. A memória genealógica é proporcional ao valor dado a cada uma das linhas de origem, e pelo desbaste nas suas ascendências cada um opera cortes sociologicamente significativos. Estas diferenças de memória não se explicam somente por factores demográficos ou geográficos: elas respondem a normas, a práticas sociais específicas de cada formação social estudada.

Da centena de genealogias recolhidas numa investigação levada a cabo numa aldeia de Bourgogne, apenas duas ou três oferecem linhas de descendência harmoniosamente desenvolvidas de um e do outro lado, todas as outras surgem amputadas e desequilibradas. Nesta região, apesar dos vastos movimentos migratórios, a comunidade local detém um lugar importante e a escolha entre linhas desaparecidas e descendências memorizadas opera-se em função da implantação espacial de cada uma delas. As pessoas esforçam-se, aqui, através da genealogia, por provar que são de facto membros do grupo local³.

Mas há outros traços da realidade social que podem estar na origem destas amnésias genealógicas. Assim, Robin Fox ilustra, na sua monografia sobre a ilha irlandesa de Tory, outro tipo de arranjos: aqui, os cortes na rede de

cognáticos operam, ao que parece, em função do acesso à posse das parcelas de terra cultivável⁴. Na ilha de Karpathos os bens são transmitidos bilinearmente - em cada família a filha mais velha herda os bens da sua avó materna e o filho mais velho os do avô paterno - sendo que as linhas memorizadas são evidentemente as dos primogénitos paternos e maternos⁵.

São, aliás, estes mesmos arranjos, sejam eles sociais, patrimoniais ou matrimoniais, que intervêm para decidir quem está no topo da memória genealógica. Na grande maioria das sociedades ocidentais, a memória precisa da genealogia não remonta mais do que duas ou três gerações para cima de *ego*, a partir daí torna-se imprecisa, fluida. Contudo, cada um destes dois tipos de memória, um preciso, o outro vago, desempenha um papel fundamental.

Aprecebemo-nos efectivamente deste facto quando recolhemos genealogias orais.

Na nossa sociedade o parentesco usual de um indivíduo, aquele ao qual ele se refere espontaneamente no curso da vida social, centra-se sobre ele mesmo e é constituído pelos seus consanguíneos nomeados - primos germanos, tios, tias, etc. - e pelos seus aliados no caso de ser casado. Estas duas esferas, a da afinidade e a da consanguinidade, estão estreitamente ligadas não tendo nem uma nem outra limites claros, fronteiras precisas. Prolongam-se numa espécie de halo onde gravitam indivíduos não nomeados por termos de parentesco e que, contudo, não são considerados estranhos. Daí, aliás, a estranha impressão quando "falamos de família" com interlocutores, quando traçamos com eles a sua genealogia, de nunca a termos concluído. Certamente eles sabem bem onde termina "a família". Sabem bem de quem "são parentes" e de quem "não o são", e estabelecem uma nítida diferença entre os parentes nomeados como tais e aqueles que não são nomeados por um termo de parentesco e que, por isso, não fazem propriamente parte da família. Portanto, acham natural ver essas pessoas, esses não-nomes, figurarem na sua árvore genealógica. Este círculo extremo do parentesco é então constituído, a um tempo, por consanguíneos tão afastados que deixaram de ser tratados pelo termo "primo", mas com os quais a consciência de parentesco se liga a um nome de lugar ou ao uso de um mesmo património, e por consanguíneos de aliados de consanguíneos ou por aliados de consanguíneos de aliados, sobrinhos ou sobrinhas de uma tia ou de um tio por aliança, irmãos ou primos de cunhados ou de cunhadas. Com estas pessoas, com estes não-nomeados que não se frequentam, a quem não se visita, em relação aos quais não existe qualquer obrigação, mas a quem "se fala" em virtude do facto de se estar apesar de tudo "em família", com quem "se conversa quase na qualidade de parente" em virtude do facto de se estar apesar de tudo entre "primos", com estas pessoas não nos sentimos estranhos, "conhecemo-nos", estamos praticamente "entre nós".

Ora em pequenas sociedades rurais, tal como, parece-nos, na aristocracia ou na alta burguesia francesa⁶, é entre esses membros aparentados de maneira imprecisa, esses consanguíneos afastados ou esses consanguíneos de aliados de consanguíneos, conjunto de indivíduos que a memória evoca de forma vaga, é

nesse círculo da mais longínqua familiaridade que se vão contrair um grande número de alianças. É assim, mostrámo-lo nos nossos trabalhos sobre Minot, que entre parentelas com o mesmo estatuto social as alianças se "reencadeiam", se "renovam", que as linhas de descendência se ligam continuamente entre si por intermédio dos casamentos dos seus membros⁷. Através destes renovamentos de alianças esclarecem-se e explicam-se essas genealogias que os nossos interlocutores continuamente enriquecem e essas duas memórias com as quais jogam constantemente. Os não-parentes, as pessoas conhecidas que se deseja ver figurar nas genealogias, constituem de certo modo uma reserva de cônjuges potenciais que, de forma explícita, são considerados cônjuges preferenciais. Mas constituem também uma reserva de parentes potenciais já que, uma vez contraída a aliança, esses "conhecidos" são conduzidos da periferia da genealogia para o seu miolo e tornam-se então parentes nomeados. Assim, as práticas matrimoniais permitem compreender o modo como estas formações sociais pensam a sua genealogia, utilizam a sua parentela e administram a sua memória.

Noutros lugares, a memória genealógica vai basear-se em regras diferentes. Na Irlanda, em Tory, onde a terra pertence ao grupo de descendência e não a cada indivíduo particular, a memória apical é precisa e profunda: os velhos da ilha percorrem, sem esforço e sem recurso à escrita, sete gerações ascendentes. Em Bali, C. e H. Geertz⁸ contrastam da seguinte forma os dois grupos que compõem a sociedade balinesa: há aqueles a quem poderíamos chamar as pessoas comuns, que são amnésicas, e os outros, os aristocratas, que dão prova de uma vasta memória genealógica. Os Geertz demonstram que estes dois tipos de memória conotam duas formas de endogamia: a primeira, a das pessoas comuns, é dita de "localidade" e impõe que os laços de parentesco que unem os membros do grupo local sejam rapidamente esquecidos para que se possam contrair, a todo o momento, casamentos no seio desse mesmo grupo. Os aristocratas, que se apoiam no parentesco para confirmar o seu poder, desenvolvem, inversamente, uma vasta memória genealógica, praticando uma exogamia de localidade.

Deste modo, as memórias familiares, verdadeiras crónicas genealógicas, constituem a utensilagem mental que o indivíduo e o grupo utilizam para tecer o seu próprio tempo. A genealogia é, com efeito, um discurso sobre o tempo. Qualquer pessoa se encontra inscrita numa rede genealógica organizada espacial e temporalmente onde se misturam o passado e o presente, onde se esboça o futuro. Antes de mais é-se pai, filho, esposo, irmão deste ou daquele indivíduo designado com um nome, e todas estas denominações parentais reflectem uma posição numa constelação social: a genealogia situa, a terminologia suspende cada destino num lugar onde o tempo está como que imobilizado. Mas é-se sucessivamente filho, pai, avô, o ciclo roda sobre si. A genealogia estimula de certa maneira uma oscilação reversível do tempo na qual anterioridade e posterioridade são efectivamente confundidas.

Essa reversibilidade do tempo, essa oscilação temporal que se descobre na genealogia através da terminologia de parentesco, surge claramente a partir das formas de nomeação e da sua transmissão de geração em geração.

A genealogia é também uma sucessão de nomes próprios. Os antropônimos, que constituem outros tantos lugares de memória uma vez que classificam cada indivíduo numa linha de descendência, inscrevem-no num tempo e num espaço conhecidos e impõem-lhe uma identidade que ele não escolheu. Não podemos deixar de nos interrogar sobre a natureza, o sentido e a função desses termos que outros nos outorgam e que por isso nos são próprios.

Se nos colocamos nesta perspectiva, se desejamos compreender como joga o conjunto de nomes atribuídos a cada indivíduo, então precisamos de conhecer o modo como cada sociedade, cada grupo, elaborou as suas próprias normas de atribuição dos antropônimos. É indispensável compreender os princípios segundo os quais se classificam, ao nomeá-los, os indivíduos semelhantes e diferentes, quanto mais não seja pelo sexo, pela pertença a uma família ou a uma geração. Porque na origem é disso mesmo que se trata com os nomes. C. Lévi-Strauss ensina-lo num dos seus capítulos de *La pensée sauvage*: "nunca nomeamos, classificamos o outro (...) ou classificamo-nos a nós próprios"; "(...) o nome próprio encontra-se sempre do lado da classificação, consignando ao indivíduo uma posição num sistema que comporta várias dimensões, confirmando a sua pertença a uma classe pré-estabelecida: um grupo social num sistema de grupos, um estatuto natal num sistema de estatutos"⁹.

Estas reflexões sobre os paradoxos da nomeação individual conduziram os etnólogos a interrogarem-se, por exemplo, sobre as regras que presidem à escolha dos nomes que são atribuídos a cada pessoa, tentando por essa via identificar as linhas de força que se articulam em torno de todos esses antropônimos.

Nas nossas sociedades, cada pessoa tem um patronímio, um ou vários nomes próprios. Além disso, pode ter também alcunhas de linhagem, de bairro, até de freguesia, e mesmo um cognome individual. Todas estas denominações funcionam como classificadores, confirmando a pertença do sujeito nomeado a uma classe "pré-estabelecida": grupo familiar ou sexual, de linhagem ou de freguesia, local ou profissional; elas assinalam também as tendências dominantes que ordenam o sistema social: a ênfase patrilinear nas regras que governam a transmissão do patronímio, a importância do parentesco espiritual e do estatuto à nascença naquelas que presidem à escolha do nome próprio, a residência, a pertença local, o estatuto social através da atribuição de alcunhas, etc...¹⁰.

O indivíduo surge de facto como o suporte de múltiplas classificações que vêm enriquecer, ao longo da sua vida, a sua definição social. Consideremos alguns exemplos. Na maioria das sociedades ocidentais o recém-nascido recebe à nascença um nome de família. Trata-se, na maior parte das vezes, de um patronímio visto transmitir-se do pai para o filho e para a filha, ou do pai da mãe em caso de ilegitimidade. Todavia, nesta última eventualidade, acontecia,

em certas formações sociais como a Grécia ou a Normandia, que o nome próprio da mãe era atribuído à criança como nome de família: tínhamos então um matronímio. Através da observação dos nomes nas linhagens aristocráticas da Idade Média europeia, sabemos, também, que o matronímio assinala de certo modo o acontecimento histórico e familiar (ausência de um herdeiro masculino, outorgamento da coroa a uma mulher) que pode sobrevir numa linha de descendência, ao passo que o patronímio permanece como indicação daquilo que não muda ao longo de uma descendência¹¹. O nome de família manifesta bem a ênfase patrilinial de que são portadores os sistemas de parentesco europeus de descendência bilateral. A regra patrilinial de transmissão só é interrompida por uma geração, no caso de hábitos peculiares marcados ou, o que vai dar ao mesmo, em circunstâncias excepcionais. Nas nossas sociedades, a mulher continua a ser aquela através de quem chega a desordem ou a alteração: o matronímio é disso sinal manifesto. O nome de família qualquer que seja, surge como "classificador da linha de descendência"¹²: inscreve imediatamente a criança no seio de uma descendência. Em França, a criança nascida de pai e mãe desconhecidos não recebe apelido, mas apenas dois nomes próprios dos quais o último virá a ser o seu nome de família.

O nome próprio é atribuído ao recém-nascido pelos seus pais ou padrinhos. Esta atribuição não é feita ao acaso e o doador, seja ele quem fôr, emite uma mensagem de ordem familiar e/ou social. Com efeito, esse doador pode escolher o nome próprio entre os nomes usados pelos membros das linhas paterna ou materna de que a criança procede. É de uso relativamente corrente, em França pelo menos, atribuir ao filho mais velho o nome próprio do avô paterno, à filha mais velha o da avó materna, ao segundo filho e à segunda filha os nomes próprios do avô materno e da avó paterna, respectivamente; os outros filhos recebem os nomes de colaterais escolhidos alternadamente numa ou noutra linha. Mas existem muitas outras normas de transmissão: a rapariga e o rapaz mais velhos podem receber os nomes próprios da mãe e do pai; o padrinho e a madrinha - escolhidos entre os parentes - podem transmitir os seus próprios nomes aos/às afilhados/as. Qualquer que seja a prática adoptada, a atribuição dos nomes próprios dentro de uma família obedece sempre a regras precisas que evidenciam um certo número de traços da realidade social. É assim que, escolhido alternadamente numa linha ou noutra, o nome próprio, tomado ao nível de um grupo de irmãos, permite recuperar a bilateralidade característica dos sistemas de parentesco europeus e atenuar a ênfase patrilinial do apelido que identifica o indivíduo com uma única linha¹³.

Se olharmos agora não para o grupo mas para o indivíduo, vemos que o nome próprio funciona como uma verdadeira marca familiar. Um ou dois nomes próprios, perpetuados de geração em geração no interior das mesmas linhas de descendência, constituem para certas famílias um emblema de pertença, um brasão de reconhecimento. Usar esse nome é desde logo estar inserido no seio da comunidade familiar: a nomeação é antes de mais um rito de agregação. Estes nomes assinalam também uma posição dentro de uma

genealogia; graças a eles descobrimos os avós e os netos, distinguimos os mais velhos dos mais novos. Às posições genealógicas podem estar associados bens e saberes simbólicos ou materiais, que os novos nomeados passarão automaticamente a possuir. De modo que dar a um recém-nascido o nome de um parente não é apenas cumprir um acto de piedade filial, é predestinar a criança a perpetuar o seu epónimo e, além disso, a prolongar uma linha. As normas de atribuição de nomes próprios, quaisquer que sejam, dão sempre origem a ciclos e a repetições dos mesmos nomes, a transmissões contínuas. Os nomes próprios perpetuam-se ao longo das linhas de descendência e favorecem a inscrição familiar dos novos membros. Esse nome recebido e constantemente retomado, está imbuído do espírito de todos os parentes mortos que o usaram. Assim, estes nomes encarregam-se de unir os vivos e os mortos do grupo e constituem uma forma de sobrevivência de uns através dos outros. Tudo se passa como se no interior do grupo familiar as perdas humanas reais fossem perpetuamente compensadas através dos novos membros portadores dos nomes antigos.

Mas a memória familiar pode seguir outros caminhos. A genealogia não é o seu único suporte: um espaço de vida, "papéis de família", ritos domésticos, oferecem outras tantas formas possíveis da sua inscrição, que importa explorar detalhadamente.

Se atentarmos na unidade de residência que agrupa habitualmente o par conjugal e os seus filhos solteiros, vemos que a sua vida íntima e doméstica se inscreve num espaço, num lugar onde se desenrola um conjunto de comportamentos quase ritualizados que definem a especificidade de cada unidade. Além de fornecer indicações sobre a categoria social, o meio cultural, a origem regional do grupo que nele reside, este espaço constitui, ainda hoje, um lugar da memória familiar. Os móveis aí dispostos, os ornamentos com que são decorados, os vários *bibelots* que aí se encontram, todos estes objectos possuem uma história passível de ser esclarecida e narrada vezes sem conta. Cada um tem um sentido que familiarmente se sabe decifrar, cada um tem uma história que se sabe contar. Contabilidade minuciosa dos bens recebidos, partilhados, transmitidos. Memorização tangível da genealogia através destes objectos, destes móveis cuja origem, história e destino se conhecem. E subitamente, nestas habitações, vemos dispostos o papel e o lugar das relações de parentesco, subitamente lemos a perenidade da família. Nestes espaços ordenados, incumbidos de representar os valores familiares, tudo testemunha as diferentes etapas da constituição da família, durante uma geração, ao longo das gerações¹⁴.

Sabemos além disso que enquanto algumas famílias podem acumular, partilhar, repartir, outras não o podem fazer. Sabemos também que a vida moderna impõe cada vez mais o abandono das casas familiares. As gerações já não se sucedem num mesmo lugar, os irmãos dispersam-se e, mesmo no interior das famílias, os divórcios e os segundos casamentos implicam mudanças de residência. Apesar de tudo isto, cada família continua a possuir um conjunto de recordações - objectos, papéis "de família", fotografias - que consolidam a sua memória. As fotografias, vieram ocupar um lugar equivalente ao dos

emblemas familiares tradicionais, substituindo-os por vezes. Retratos dos avós e das crianças, fotografias das solenidades e festividades que pontuam o desenrolar da vida familiar: estas fotografias, expostas nas paredes ou discretamente pousadas sobre os móveis, ou ainda arranjadas numa espécie de altar comemorativo, ou cuidadosamente guardadas no album de família, têm por função "entesourar a herança familiar"¹⁵.

Distribuídas, trocadas entre parentes, as fotografias participam na manutenção das relações familiares. Contempladas, comentadas "em família", elas contribuem, tal como os papéis de família ou os objectos herdados, para a inserção dos recém-chegados, para a consolidação da memória do grupo. Os hábitos sociais a que a fotografia deu lugar constituem assim verdadeiros ritos de memorização e de integração na família.

Existem outros comportamentos que se enquadram neste espaço da intimidade familiar e que funcionam também como forças de perpetuação e de reprodução do grupo. São os ritos de convivialidade (refeições tomadas em comum), de sociabilidade (serão, oração colectiva) ou os comportamentos (abraços ou apertos de mão entre parentes) que diferem de uma classe social a outra, de uma região, por vezes de uma família a outra. A participação nestes costumes quase ritualizados reforça a unidade do grupo familiar. Praticá-los é com efeito instituir uma diferença entre aqueles que os conhecem e aqueles que os ignoram, entre o estranho que não os usa e os membros do grupo que a eles se conformam.

Além disso, estes costumes oferecem a possibilidade de voltar a contactar com um outro tempo. Esse tempo dos antepassados que cumpriam os mesmos gestos, que se conformavam aos mesmos hábitos. Assim, no espaço familiar, cada dia se renova uma história já vivida e que deve prosseguir eternamente. Ceder a estes hábitos da vida "de família" é então aderir a uma história própria, a um tempo fora do tempo, e através deles estar unido às gerações passadas e futuras. Este espaço íntimo onde a família vive, estes códigos de comportamento aos quais se sujeita, inscrevem-na num tempo familiar comum.

Pela enumeração dos lugares e dos territórios da memória familiar ou individual, apercebemo-nos de que esta acaba por revelar as formas mais perenes da vida social, logo, aspectos do colectivo.

Afinal, todos os processos de memorização que tentamos explicar, o trabalho da memória que procuramos apreender através de genealogias, denominações ou terminologias, traduzem na realidade a ideologia profunda das nossas sociedades: uma luta sempre recomeçada contra a morte.

Notas

1 G. Devereux, *De l'angoisse à la méthode dans les sciences du comportement*. Paris. Flammarion, 1980, p. 435.

- 2 R. Fox, *The Tory Islanders. A people of the Celtic Fringe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1978.
- 3 F. Zonabend, *La mémoire longue*, Paris, P.U.F., 1980.
- 4 R. Fox, *op. cit.*
- 5 B. Vernier, "La circulation des biens, de la main-d'oeuvre et des prénoms à Karpathos", *Actes de la Recherche en Sciences sociales*, n°31, 1980.
- 6 M. de Saint-Martin, "Une grande famille", *Actes de la Recherche en Sciences sociales*, n° 31, 1980.
- 7 F. Zonabend, *op. cit.*
- 8 C. e H. Geertz, "Teknonymy in Bali: parenthood, age graduez and genealogical amnesia", *The Journal of Royal Anthropological Institute*, 94, N°2, 1964.
- 9 C. Lévi-Strauss, *La pensée sauvage*, Paris, Plon, 1962, p. 240.
- 10 C. Bromberger, "De L'anthroponymie", *L'Uomo*, VII, n°1/2, 1983.
- 11 C. Lévi-Strauss, *La voie des masques*, Paris, Plon, 1979.
- 12 C. Lévi-Strauss, *La pensée sauvage*, Paris, Plon, 1962, p. 256
- 13 F. Zonabend, *op. cit.*
- 14 B. Le Witā, "Memoire: l'avenir du présent", *Terram*, n°4, 1985.
- 15 P. Bourdieu (ed.), *Un art moyen. Essay sur les usages sociaux de la photographie*, Paris, Ed. de Minuit, 1965.